

Endividamento recorde acende alerta para uso do crédito e inadimplência

Com novo recorde em julho, proporção de endividados alcançou mais de 71% das famílias e acende sinal amarelo para uso do crédito. Nas famílias de menor renda, a proporção de endividados ultrapassou 72%, também o maior número da série histórica. Pela terceira vez, a inadimplência mostrou alta nos dois indicadores, embora estejam abaixo dos níveis de julho de 2020.

Síntese dos resultados (% em relação ao total de famílias)			
	Total de endividados	Dívidas ou contas em atraso	Não terão condições de pagar
Julho de 2020	67,4%	26,3%	12,0%
Junho de 2021	69,7%	25,1%	10,8%
Julho de 2021	71,4%	25,6%	10,9%

O percentual de famílias que relataram ter dívidas (cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, prestação de carro e de casa) alcançou 71,4% em julho, alta de 1,7 ponto percentual em relação a junho de 2021. Em relação a julho de 2020, a alta foi de 4,0 pontos, o maior incremento anual desde dezembro de 2019.

O percentual de famílias com dívidas ou contas em atraso aumentou pelo terceiro mês seguido, alcançando 25,6% do total de famílias, 0,5 ponto acima do nível de junho, porém 0,7 ponto abaixo do apurado em julho de 2020. A parcela das famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso e que permanecerão inadimplentes aumentou de 10,8% para 10,9% na passagem mensal. O indicador está, no entanto, 1,1 ponto abaixo do nível observado em julho de 2020.

O endividamento dos grupos de renda pesquisados apresenta tendências semelhantes desde abril. Em julho, para as famílias com renda até dez salários mínimos, o percentual das endividadas saltou de 70,7% para 72,6% do total de famílias, renovando a máxima histórica que já havia sido observada em junho. No mesmo mês de 2020, 69% das famílias nessa faixa de renda estavam endividadas.

Para as famílias com renda acima de dez salários mínimos, a proporção do endividamento também alcançou o recorde, com incremento de 65,5% para 66,3% em julho, ante 59,1% em julho de 2020. Para esse grupo, o endividamento vem alcançando níveis recordes mensalmente, desde fevereiro deste ano.

Na inadimplência, também houve tendências análogas entre as faixas de renda em julho. A proporção de famílias com contas ou dívidas em atraso na faixa de até dez salários mínimos aumentou de 28,1% para 28,7%, a maior proporção desde novembro de 2020. No grupo com renda superior a dez salários mínimos, o percentual cresceu de 11,9% para 12,1% na passagem mensal, a maior proporção desde abril, também a maior para meses de julho em 10 anos.

O resultado por faixa de renda do percentual de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas em atraso e que vão permanecer inadimplentes vinha caindo desde agosto entre os com renda até dez salários mínimos, interrompeu a sequência de quedas em maio e aumentou para 13,1% em julho, maior percentual desde novembro do ano passado. Em julho de 2020, no entanto, a proporção havia sido de 13,7%. Na faixa de maior renda, o indicador aumentou de 3,4% para 3,5%, após três meses de queda.

A proporção das famílias que se declararam muito endividadas caiu ligeiramente em julho, de 14,7% para 14,6%, pouco acima da média do indicador este ano (14,3%). A comparação anual do indicador, que evidencia a percepção individual da família quanto ao nível de endividamento das pessoas que vivem na mesma casa, mostra redução de 0,9 ponto.

Nível de endividamento (% em relação ao total de famílias)			
Categoria	Julho de 2020	Junho de 2021	Julho de 2021
Muito endividado	15,5%	14,7%	14,6%
Mais ou menos endividado	25,0%	24,6%	25,6%
Pouco endividado	27,0%	30,4%	31,2%
Não tem dívidas desse tipo	32,4%	30,3%	28,5%
Não sabe	0,1%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,1%	0,0%	0,0%

Em relação à capacidade de pagamento, entre as famílias endividadas, a parcela média da renda comprometida com dívidas saltou para 30,5% da renda mensal, a maior proporção desde novembro de 2017. O percentual das famílias com mais da metade da renda comprometida com dívidas é crescente, atingiu 21,1% dos endividados em julho, o maior desde fevereiro deste ano.

Nas famílias com até dez salários, a parcela média da renda dedicada ao pagamento de dívidas alcançou 31%, a maior proporção desde maio de 2016. Nas famílias com renda acima de dez salários mensais, a parcela média da renda comprometida também vem crescendo, chegou a 28%, a mais elevada desde agosto de 2020.

Dentre os inadimplentes, o tempo médio de atraso na quitação das dívidas aumentou pela segunda vez, atingindo 61,9 dias em julho, maior prazo desde fevereiro. Nos dois últimos meses, diminuiu o percentual de famílias com atrasos até 30 dias, porém aumentaram os atrasos entre 30 e 90 dias e os acima de 90 dias, indicando que as famílias inadimplentes estão precisando de mais prazo para quitarem seus compromissos em aberto.

A proporção de 82,7% do total de famílias endividadas encerrou julho com dívidas no cartão de crédito, novamente a máxima histórica do indicador. Carnês de lojas e as modalidades de financiamento de casa e carro também se destacaram na passagem mensal. A liquidez elevada e os juros relativamente baixos ainda favorecem a contratação de crédito/endividamento nas categorias de longo prazo.

Tipo de dívida (% de famílias)		
Julho de 2021		
Tipo	Total	Renda familiar mensal

		Até 10 SM	+ de 10 SM
Cartão de Crédito	82,7%	82,9%	82,6%
Cheque Especial	5,6%	5,4%	6,3%
Cheque Pré-Datado	1,0%	1,0%	0,6%
Crédito Consignado	6,9%	7,1%	5,7%
Crédito Pessoal	9,8%	10,0%	8,8%
Carnês	18,0%	19,2%	12,1%
Financiamento de Carro	12,6%	11,0%	20,5%
Financiamento de Casa	9,7%	8,4%	15,8%
Outras dívidas	2,1%	2,2%	1,3%
Não sabe	0,1%	0,1%	0,1%
Não respondeu	0,2%	0,2%	0,2%

O percentual de famílias com dívidas renovou-se na proporção recorde em julho, em função do aumento do número de endividados nas duas faixas de renda pesquisadas, notadamente, porém, entre os de renda mais baixa. A proporção de endividados no cartão também renovou a máxima histórica, crescendo entre as famílias nas duas faixas de renda, com maior incremento entre as famílias consideradas mais pobres.

A inflação elevada tem diminuído o poder de compra das famílias e deteriorado os orçamentos domésticos. A renda dos consumidores também está afetada pelas fragilidades dos mercados de trabalho formal e informal, com o auxílio emergencial de menor valor pago este ano.

Tais fatores têm também provocado o maior uso do crédito no cartão. A modalidade é a mais difundida pelas facilidades do meio de pagamento, porém a que oferece o maior custo ao usuário, quando se torna crédito rotativo (empréstimo pessoal de curtíssimo prazo, em que parte do saldo devedor é rolada para o mês seguinte ao do vencimento).

Com os juros ainda baixos no País, as modalidades de financiamento também têm ampliado a participação entre os principais tipos de dívida.

Na inadimplência, tanto o percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso quanto o número de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas atrasadas aumentaram pela terceira vez. O tempo de atraso no pagamento das dívidas também vem crescendo, reflexos das dificuldades enfrentadas pelas famílias na faixa de menor renda para quitarem seus compromissos financeiros em dia.

Mesmo diante das adversidades, no entanto, na comparação interanual, os indicadores de inadimplência ainda se encontram em patamares mais baixos do que os atuais.

Embora o crédito possa funcionar como ferramenta de recomposição da renda e potencializar o consumo, com mais de 71% das famílias endividadas, acendeu-se um alerta para o uso do crédito e o potencial de crescimento da inadimplência à frente. O aumento dos juros em curso no País encarece as dívidas, principalmente na modalidade mais buscada pelos endividados hoje, o cartão de crédito.

Sobre a Peic

A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional) é apurada mensalmente pela CNC desde janeiro de 2010. Os dados são coletados, em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal, com aproximadamente 18 mil consumidores.

Das informações coletadas, são apurados importantes indicadores: percentual de consumidores endividados, percentual de consumidores com contas em atraso, percentual de consumidores que não terão condições de pagar suas dívidas, tempo de endividamento e nível de comprometimento da renda.

O aspecto mais importante da pesquisa é que, além de traçar um perfil do endividamento, ela permite o acompanhamento do nível de comprometimento do consumidor com dívidas e sua percepção em relação a sua capacidade de pagamento.

Com o aumento da importância do crédito na economia brasileira, sobretudo o crédito ao consumidor, o acompanhamento desses indicadores é fundamental para analisar a capacidade de endividamento e de consumo futuro deste, levando em conta o comprometimento de sua renda com dívidas e sua percepção em relação a sua capacidade de pagamento.

Os principais indicadores da Peic são:

- Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;
- Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família;
- Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas em atraso no próximo mês e, portanto, permanecerão inadimplentes;
- Nível de endividamento – entre muito, mais ou menos ou pouco endividados;
- Principais tipos de dívida – entre cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa e outras dívidas;
- Tempo de atraso no pagamento – entre até 30 dias, de 30 a 90 dias e mais que 90 dias;
- Tempo de comprometimento com dívidas – entre até três meses, de três a seis meses, de seis meses a um ano e maior que um ano.

Em outubro de 2017, houve uma mudança metodológica da pesquisa para refletir melhor as características da população das capitais brasileiras. Desse modo, houve revisão da série histórica a partir de abril de 2016.